

Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX*

Marta Maria Lopes**

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender como se davam as relações entre os índios e os militares na fronteira oeste da Província de Mato Grosso no século XIX, 1840-1850, pois estas não se resumiram a momentos de conflito e submissão ou barreira impeditiva da penetração de paraguaios e bolivianos em território brasileiro. Os militares foram atendidos pelos indígenas em trocas/comércio, no conhecimento da região, utilização de recursos naturais, no fornecimento de alimentos, cavalos, panos, etc. Os indígenas atuaram nas milícias e receberam patentes nesse período bem anterior à Guerra com o Paraguai.

Palavras-Chaves: Índios e militares no século XIX. História dos Índios na fronteira de Mato Grosso.

Abstract

The objective of this research is to understand how the relations between indigenes and the militaries on the west frontier of the Province of Mato Grosso at the 19th century were, 1840-1850, because it was not reduced to moments of conflict and submission or opposite barrier of penetration of Paraguayans and Bolivians at Brazilian territory. The militaries were attended by the indigenes at exchange/trade, on the knowledge of the region, usage of the natural resources, on the supply of food, horses, clothes, etc. The indigenes acted on the militias, received patents, how it can be found, on this period a lot previous of the war with Paraguay.

Keywords: Indigenes and militaries at the 19th century. History of indigenes at the frontier of Mato Grosso.

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa que vem sendo realizada, por meio da atuação em dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. O primeiro, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Augusto Mário Isaac UFMT/Rondonópolis - MT SIRIEMA, – Sociedades Indígenas e Regionais: Identidade e Meio Ambiente, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações que busquem a melhoria da qualidade de vida dos diferentes agrupamentos dos Boé-Bororo na região de Rondonópolis, MT. Tais ações, em nosso caso, se dirigem para o levantamento de documentos e elaboração de material didático para as escolas dessa etnia em parceria com os professores indígenas. O outro coordenado por nós, denominado História e Historiografia: Comunidades e fronteiras no século XIX e XX, que pretende estudar, entre outras, as comunidades indígenas que viviam na fronteira da Província de Mato Grosso no século XIX, e possui o apoio do CNPq, através de concessão de auxílio à pesquisa.

** Universidade Federal de Mato Grosso, Centro Universitário de Rondonópolis/MT.

Introdução

A fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, no século XIX, era guardada pelos fortes Albuquerque, Casalvasco, Miranda, Príncipe da Beira, Coimbra e Olimpo, do lado paraguaio¹²⁵. Como se pode perceber, o conceito de fronteira que utilizamos aqui é aquele que se refere à divisa entre territórios de duas ou mais nações, quando analisamos as relações dos não-índios.

No que se refere aos índios, no entanto, as autoridades da Província de Mato Grosso afirmavam, por exemplo, que os Enimas eram índios *do Paraguai* que ultrapassavam a fronteira vindo a se relacionar com os *nosso índios* – Guaná ou Guaicuru. Porém, acreditamos que os grupos indígenas que viviam na região possuíam outros referenciais ligados aos seus territórios e de cada uma das etnias que lhes eram vizinhas, incluindo as áreas em que se localizavam os fortes, destacamentos, presídios mantidos pelos militares. Enfim, deveriam ter uma outra lógica, outra delimitação, na qual eles não eram brasileiros, paraguaios ou bolivianos e sim Kadiweu, Terena, e assim por diante¹²⁶.

Os militares que viviam nos fortes citados, por seu turno, acreditamos que estiveram ligados às tropas de 1ª linha e se constituíam numa força regular e paga. Os documentos aludem à necessidade de pagamentos dos cabos e soldados, mas não descartamos que também se organizaram

125 O forte de Albuquerque se localizava próximo à cidade de Corumbá, MS; Casalvasco, se situava praticamente na divisa entre o Brasil e a Bolívia, entre os estados de Mato Grosso e Rondônia; Miranda, próximo à cidade de Miranda, MS; Coimbra e Príncipe da Beira se localizava mais ao norte, no vale do Rio Guaporé.

126 Por território estamos entendendo que é “ [...] um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços.” FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. p. 03. <http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>

milícias, tropas para-militares ou auxiliares, em momentos de necessidade de exploração do território e combates a grupos indígenas.¹²⁷

Os grupos indígenas, levantados até o momento, que viviam na fronteira oeste de Mato Grosso são: Terena - Guaná, Kinikinau, Laiana; Guaicuru – Paiaguá, Kadiweu, Beaqueu e Cotogueas; Enima; Kaiapó; Guaicurus – Paiaguá; Bororo – Coroado, Campanha e Cabaçais; Apia-cás; Guaraiois.

As relações entre as diferentes etnias e as fortificações militares na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia devem ser merecedoras de um estudo que não as identifiquem somente como momentos de conflito e submissão dos índios. Pretendemos demonstrar que a presença dos índios na história da fronteira mato-grossense não terminou com os índios *pacificados* e aldeados, mas se deu de variadas formas e durante todo o século XIX. Os índios fizeram parte das fileiras militares brasileiras, muito antes da Guerra com o Paraguai. Havia também presenciamos os militares no comando das aldeias criadas para *civilizar* os índios. Ali e em locais em que viviam originalmente, praticavam a agricultura, a pecuária e abasteciam os fortes, fazendo trocas comerciais. Porém, nos propomos aqui a analisar o período de 1840 a 1850, utilizando documentos pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso.

Salientamos, no entanto, que este estudo ainda está em andamento e que novas informações podem alterar as afirmações aqui contidas.

127 A vida dos militares na Província de Mato Grosso, possivelmente não diferira muito da que se constituía em Minas Gerais, uma vez que até 1889 vivemos sob o governo imperial, caracterizado pela centralização do poder nas mãos do Imperador ou do Parlamento: No século XVIII as tropas que havia no Brasil estavam organizadas em três (3) “Linhas” ou níveis: 1ª Linha = Regulares = Tropas Pagas; 2ª Linha = Auxiliares (depois de 1796, Milícias); e 3ª Linha = Ordenanças. No século XIX, no ano de 1824, essas tropas foram transformadas em: 1ª Linha = Exército; 2ª Linha = 2ª Linha do Exército (depois de 1831, Guarda Nacional); e 3ª Linha = Ordenanças (depois de 1831, Guarda Municipal Permanente). Desde o século XVIII já havia casos de formação de corpos policiais militares, para missões específicas, como os “Pedestres” da Demarcação Diamantina, ou de Corpos de Polícia criados no início do século XIX, para suprir a falta de tropas pagas ou milicianas, deslocadas para fora do território da Capitania de Minas Gerais, para atender a emergências. No final do século XIX e início do século XX, as tropas de 3ª Linha, as Guardas Municipais Permanentes, foram se transformando em Polícias Militares. Em parte, as Polícias Militares absorveram também funções das tropas de 2ª Linha, então constituídas pela Guarda Nacional, que entrou em franca decadência, transformando-se em pura “honraria”, sem qualquer consequência prática. As tropas de 2ª Linha, que no início do século XX, eram ainda constituídas pela Guarda Nacional, permaneceram até a década de 1920, quando foram extintas. PEREIRA Fº, J.C. Tropas Militares Luso-Brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Genealogia.org - http://gens.fateback.com/gn_tropas.html

Indígenas com patentes militares

Os documentos sobre essas fortificações mostram os militares queixando-se da situação de abandono em que viviam, por estarem em regiões de difícil acesso. Também aludem à precária vigilância, devido à falta de soldados, armas e munição.

Para ilustrarmos, podemos mostrar que, em 1840, em Albuquerque, havia a seguinte situação:

A fraquíssima força que existe só faltam [sic] quinze dias para contar dezesseis meses de saldos atrasados, e quinze de Etapas, que é o mais sensível; porque o homem nu pode viver mal por algum tempo, o que sem alimento certamente não acontecerá. A tanto tem chegado a experimentar o sofrimento dos defensores desta Fronteira, e eu encarregado de seu comando, a perto de sete anos, pela última vez, que para isso fui nomeado, partilhado naquele punível sofrimento, sou sobrecarregado de outro, com a publicação da Promoção de oficiais militares para esta Província, por não ver nela contemplação alguma a meu respeito, nem por [ILEG] na carreira, e nem com a reforma que merecessem ou os serviços que tem prestado, ou a minha incapacidade.¹²⁸

Em 1843, do Quartel de Miranda temos as seguintes notícias:

A grande falta que aqui há de víveres me põe na necessidade de mandar vir da cidade uma porção de mantimentos para sustento da Guarnição. Ao capitão Bernardo José Vieira escrevo incumbindo-o desta remessa, e a V. Ex^a. rogo haja de facilitar os meios da condução logo que ele participe que a tem pronta, pois que atualmente a Guarnição do Presídio acha-se muito resumida, e não tenho uma canoa capaz para essa condução.¹²⁹

128 Ofício do Quartel de Albuquerque, em 16 de novembro de 1840 de José Couto de Pinho, Capitão Coronel Militar, para José da Silva Guimarães, Presidente Província de Mato Grosso.

129 Ofício do Quartel em Miranda 31 de Outubro de 1843, de Sirino José de S. Lima, Tenente Coronel Comandante de Miranda a José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso.

Em 1844, era muito precária a situação do Forte Príncipe da Beira:

Com respeito das Relações e Alterações das Praças desta Guarnição e satisfaz enviando-a adjunta; e pela mesma forma o Inventário de todos os objetos Bélicos, que tem esta Fortaleza, não podendo certificar veridicamente a V.S se as peças de artilharia são só as que constam no total do incluso mapa, [...] em razão de estar toda a Fortaleza coberta de imensa quantidade de ervas silvestres, tanto exterior como interiormente, [...] e por falta de braços e ferramentas, não se tem podido desmontá-las, e por essa razão tem este Comando faltado inteirar o Comando Geral das Fronteiras o estado da referida Artilharia, [...] Todos os edifícios, ou prédios Nacional [SIC] estão precisando de toda a classe de Polícia, pois já estão caminhando para um estado de dificultosa ratificação, segundo tem o atual Comandante desta Fortaleza por várias vezes informado antecessor de V.S [...] Nos Armazéns necessita-se dar consumo em vários trens, que pelo seu mal estado acham-se inúteis e é prejudicial ao aceio [sic] dos ditos Armazéns. A ponte do portão da Fortaleza há 28 meses que se acha desmanchada por causa da ruína de suas madeiras, e provisoriamente serve-se com uma escada no dito Portão, que também já necessita-se reformá-la. Neste lugar tem só dois oficiais de ferreiro, dois de carpinteiro, destes um é já bastante idoso, e um de pedreiro, cujo não [Ilegível] em sua arte, e todos eles são paisanos.¹³⁰

Hostis, selvagens, traidores são as denominações que atribuíam a esses grupos:

[...] A força desta Fronteira se acha reduzida ao número mais pequeno que tenho visto em todo o tempo que a conheço, limitando-se a Guarnição dos três diferentes Pontos Militares em noventa e quatro praças de baionetas: força esta que a ninguém parecerá excessiva só para o Des-tacamento de Miranda em razão da distância que o separa do deste Quartel e de Coimbra, de onde a haver gente, e

130 Ofício de 31 de Julho de 1844, Capitão Secretário Interino João de Lima [Ilegível] ao Comandante Geral das Fronteiras de Mato Grosso Francisco de Salles Maciel.

o mais imediato e pronto socorro em qualquer agressão que ali possa aparecer de inimigos internos; a vista de que sem dúvida alguma o duplo da força existente torna-se indispensável para ser dividida pelos referidos três Pontos desta Fronteira, atenta a sua localidade e a avultada soma de Índios que como nossos aliados divagam em toda ela, e que por mais de uma vez nos tem mostrado efeito da natural traição que os domina [...] [grifo nosso]¹³¹

Apesar de considerarem os índios “traidores”, ofereciam-lhes patentes do exército. Tal procedimento nos causou estranheza, pois não aconteceu por causa da Guerra com o Paraguai, já que em 1850, quinze anos antes, agiam dessa maneira:

[...] Parece-me igualmente conveniente prover de ferramentas de lavoura aos Índios oriundos de Chiquitos que habitam Casalvasco e os Guariaios [sic] moradores do Pão [Ilegível] cerne sobre a margem ocidental do Guaporé. Alguns Caiapós, Guanás, Guarycurus, Bororós e Cabaças foram brindados pelo Governo, como também uma porção de Apiacás, que vieram a esta Cidade e receberam ferramentas, roupas, e casais de gado de toda espécie. Deram-se patentes de Oficiais a diversos indivíduos da Nação Guanás.¹³²

Por estas palavras podemos obter duas informações importantes. Em primeiro lugar, os índios receberam presentes e, em seguida, há a informação de que também houve oferecimento de patentes.

A oferta de condecorações por causa da guerra é compreensível. Taunay, em seus escritos sobre a presença indígena na Guerra com o Paraguai, nos traz muitas informações sobre os Guaná, os Kadiweu e outros grupos (TAUNAY, 1923, 2002).

Vasconcelos também afirma a importância do índio na defesa e expansão do território nacional, pois, tanto os Guaná como os Mbayá-Guaicuru, Kadiweu atuaram ativamente ao lado do exército brasileiro

131 Documento citado NR 4.

132 Ofício endereçado ao Coronel João José da Costa Pimentel, Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, em Cuiabá, MT, por Joaquim Alves Ferreira, Diretor Geral dos Índios, em 23 de abril de 1850.

durante o conflito¹³³. O seu recrutamento e engajamento não se deu apenas pela força, mas através da oferta de presentes e promessas de concessão de terras, além de uma verdadeira cruzada nacional de voluntariamento (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

Porém, verificamos que o recrutamento é anterior ao conflito, quando não havia necessidade de se tê-los como aliados, não havia motivos para que se dessem presentes aos índios e tampouco lhes oferecesse patentes.

Afirma também Vasconcelos que era rotineiro o uso de mão-de-obra indígena para variados trabalhos sem, no entanto, nos mostrar como se dava esse relacionamento com os militares (Idem, p. 87):

Pela segunda Portaria ordena V. Exa. que eu remeta com a possível brevidade uma relação exata dos indivíduos deste Distrito que estão nas circunstâncias de serem recrutados. Logo que vi esta Portaria passei a examinar pelos moradores do Distrito aqueles, que estavam nas circunstâncias, e com bem pesar tenho a significar a V. Ex^a, que aqueles que não se acham com Praça Militar se acha como Nacionais, e pela lei dessa Guarda Proibidas [SIC] do recrutamento, restando somente os índios Guanás, que civilizados podem fazer, qualquer serviço militar da Província, cuja relação deles não remeto a V. Ex^a, por ignorar se devem, ou não servirem, o que a esse respeito fica esperando as ordens de V.Exa., que serão respeitosamente cumpridas. Deus Guarde a V. Ex^a por muitos anos.¹³⁴

A citação acima deixa transparecer que havia necessidade de se recrutar homens para as fileiras militares e não havia não-índios para engrossá-las. Somente os Guaná poderiam ser recrutados, pois fariam qualquer serviço militar da Província na condição de se tornarem civilizados.

133 Diz Vasconcelos: “Como saldo da guerra, alguns índios, isto é, aqueles que se destacaram como lideranças no conflito com a república vizinha, receberam condecorações pelos seus atos heróicos. José Pedro, um índio Kinikinau do aldeamento de Bom Conselho, recebeu o título de capitão [...] tais títulos eram muito valorizados pelos índios, pois davam-lhes poder para se defenderem dos abusos praticados pelos portugueses.” (Vasconcelos, 1999, p. 95).

134 Ofício de Antônio de Serra Benavides para José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso, em 16 de Dezembro de 1840, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Albuquerque 6º Distrito da cidade de Cuiabá

Três anos após o acontecimento acima, do Quartel de Miranda, não tão distante de Albuquerque, chegaram alguns índios da *Nação Terena*, que vinham refugiados da República do Paraguai. Joaquim Pires da Veiga, Juiz de Paz, não sabia os motivos de tal refúgio, e sim que foram recolhidos por outros Terena, de outra aldeia, cujo comando estava nas mãos do Capitão Pedro José Tavares. Por parte dos índios, estava um Capitão chamado Carjobi.

Relação de Índios Terenas recém chegados no dia de hoje 13 de Setembro de 1843.

Homens d'armas -----	130
Crianças-----	27
Mulheres-----	133
Crianças-----	35
Total -----	325 ¹³⁵

Lemos, então, que entre os índios Terena havia um *Capitão* e que, entre os que estavam se refugiando em Miranda, havia 130 Terena – homens d'armas, ou seja, militares.

Os militares e a civilização dos índios

A catequese, enquanto proposta de aldeamentos, pelo governo provincial, pressupunha a presença de um destacamento militar:

Em 1849, o presidente da província, major Joaquim José de Oliveira, posicionou-se contra a fundação de um aldeamento na região de Pau Cerne [...]. Para o aldeamento estava previsto o envio de um destacamento militar no sentido de reprimir e manter a ordem dentro de seus limites. (VASCONCELOS, 1999, p. 79).

No que diz respeito à região da fronteira de Mato Grosso, Vasconcelos refere-se a essa política colocada em prática pelos espanhóis, que Meirelles estudou, de fundar aldeamentos nesses territórios fronteiriços de forma que seriam os índios a formar a barreira que impediria os avanços bolivianos e paraguaios¹³⁶:

135 Ofício de Miranda 13 de Setembro de 1843, de Joaquim Pires da Veiga, Juiz de Paz do 8º Distrito, para Manuel Alves Ribeiro, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso.

136 Meirelles estudou as missões que se estabeleceram, ao sul do Rio Mamoré regada pelos afluentes da margem esquerda do rio Guaporé, como Concepción, San Javier, San Inácio, San Miguel, San José de Chiquitos, Santiago, Santa Ana, Santo Corazón. Os missionários e conquistadores espanhóis, denominavam os índios de Chiquitos numa alusão a sua altura. Essas missões eram a grande arma de defesa dos domínios espanhóis contra os avanços dos portugueses. (MEIRELLES, 1989, p. 95).

Essa política de aldeamentos, projetada pelo governo imperial nas áreas de fronteira, tinha o sentido de defesa territorial. Desde 1850, o governo brasileiro já vinha incrementando suas ações no sentido de garantir a posse de terras ainda em litígio. Assim, mandou erguer na região de Fecho dos Morros, um forte para garantir seus domínios. Outros foram construídos; um em Salinas, na margem direita do rio Paraguai e ao norte do forte Olimpo; e dois em dourados e Miranda, em 1856 e 1860 respectivamente. (idem, p. 89).

Porém, a Diretoria Geral dos Índios e outras tantas autoridades do período, apenas se referiram à presença dos missionários capuchinhos Antonio de Molinetto e Francisco de Bagnaia no Baixo Paraguai, em 1847.

A política oficial dos aldeamentos fracassou devido a dificuldades de se conseguir religiosos que se dirigissem para esses locais pouco colonizados e também de civis que quisessem ocupar os cargos de Diretores de aldeia¹³⁷.

Entretanto, não são poucos os documentos nos quais os militares se referem a estar cuidando dos índios, sem que haja os aldeamentos oficiais e tampouco sejam eles diretores de aldeias ou da Diretoria Geral dos Índios, no período em questão. Assim, supomos que os contatos que os militares tinham com os índios eram considerados como um tipo de trabalho “para trazer os índios à civilização”.

Se ainda somarmos as maneiras como o exército e os índios impediam as incursões dos paraguaios e bolivianos no território brasileiro, na espionagem e contra-informação, participação em enfrentamentos com os paraguaios e bolivianos, antes da Guerra com o Paraguai, seremos obrigados a admitir que os índios não apenas formariam barreiras, mas cuidavam da fronteira junto com os militares.

Ainda que em Julho do ano passado enviasse um ofício de Dom Manoel Antonio Delgado, Comandante do Forte d’Olimpo dentro de outro meio em que participava V. Exa. do recebimento daquele, e me acho na incerteza de

137 Ver Vasconcelos, 1999, p. 73-85.

haver sido entregue, por não ter recebido determinação alguma de V. Exa. a tal respeito; tendo em vista sua anterior ordem de V. Exa. para lhe transmitir qualquer notícia que pudesse adquirir daquele vizinho: julgo não dever deixar em silêncio as que não tem chegado por alguns Guanás que àquele Forte tem ido a seus negócios. Dizem aqueles Índios que tanto dentro, como por fora do dito Forte se estão dando princípio a construção de casas em bom tamanho; e que ali se lhes dissera, que eram para acomodação da gente de Cuiabá quando entrasse a comerciar na cidade de Assunção [...] ¹³⁸

A título de exemplo, podemos citar um atrito internacional, devido à invasão dos paraguaios na região denominada Pico das Massas ou “Pão de Açúcar”, localizado há 18 léguas abaixo do rio Apa, em 1850:

Pela cópia nº 1 conhecerá V.Ex^a que os paraguaios, depois de baterem o nosso destacamento do Pão de Açúcar, subiram o rio Paraguai e foram reforçar consideravelmente o Forte de Olimpo, mas conhecendo suponho que os índios Guaicurus, seus antigos capitães inimigos, indivíduos das imediações do Pão de Açúcar, pretendiam sitiar ou bater naquele ponto, abandonaram o Forte levando a artilharia. Pela mesma cópia verá V Ex^a que tanto de Coimbra como de Miranda já havia sabida gente nessa guiada e auxiliada pelos Guaicurus para irem observar a posição ou destino das Forças Paraguaiais e pela cópia nº 2 verá V Ex^a algumas providências já dadas e outras solicitadas estando estas já satisfeitas. ¹³⁹

Os militares e indígenas em relações comerciais

Os índios também tinham relações comerciais com membros do exército.

Augusto Leverger, por exemplo, se mostrava muito preocupado com o caso dos Enimas:

138 Ofício de Quartel de Albuquerque 17 de maio de 1840 de José Rufo de Pinho Estevão Ribeiro de Rezende, Presidente da Província de Mato Grosso.

139 Ofício de João José da Costa Pimentel à Sua Majestade o Imperador do Brasil em 21 de setembro de 1850.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que acaba de ser informado por Braz Pereira Mendes, a pouco chegado de Miranda, onde habitualmente reside, que tem continuado com freqüência por aquela parte da fronteira as relações de tráfico com os Índios Enimas que habitam digo habitantes da República do Paraguai, não já por intermédio de outros Índios, mas diretamente, indo moradores de Miranda tratar com os mesmos Índios dentro do território da República.¹⁴⁰

Quando eu tive em Olimpo, em 1840, o Comandante me disse, um tanto queixoso, que a embarcação que costuma trazer mensalmente viveres ao Forte encontrará gente nossa, negociando com os Enimas na margem do rio. O fato esse certo, e, de volta a esta Capital, se [termo ilegível] e ao Exmo. Presidente que reiterou as ordens proibitivas a respeito.¹⁴¹

Apesar da referida proibição, as relações comerciais continuaram, ao longo da década de 1840¹⁴². Em 1842, é sua Majestade, o Imperador do Brasil que se preocupa com o referido comércio:

Acuso a recepção do ofício, que em 18 de Agosto próximo passado V.M^{cc} me dirijo, e interado do seu conteúdo, cumpre-me significar-lhe que aprovo a comunicação, que V.M^{cc} fez ao Presidente desta Província, por ocasião de ser informado de que existiam relações de comércio ilícito entre os moradores do Presídio de Miranda, e os Índios-Enimas, que habitam a República do Paraguai e espero que V.M^{cc} procurará por todos os meios ao seu alcance concorrer para que se mantenha a melhor inteligência, paz, e amizade com aquela República, como muito deseja o Governo Imperial.¹⁴³

140 Ofício de Agosto de 1842, de Cuiabá, MT, de Augusto Leverger, então Cônsul do Brasil no Paraguai, para o Comendador José da Silva Guimarães Presidente da Província.

141 Ofício de 18 de Agosto de 1842, de Cuiabá, de Augusto Leverger para Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Outros documentos trazendo as mesmas informações relativas a comércio se encontram na Bibliografia.

142 Vasconcelos também aponta para essas relações comerciais. “[...] Índios do Baixo Paraguai já mantinha [sic] relações comerciais e de trabalho com os demais habitantes da região” (Vasconcelos, 1999, p. 87).

143 Ofício de Augusto Leverger endereçado a Vossa Majestade, D. Pedro II, Palácio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1842.

É importante também salientar que não eram somente os Enimas do Paraguai que faziam comércio. Os Guaná e os Guaicuru também o faziam:

[Índios Kadiweu] Orça bem mais de 800 seu número; divididos em diversas hordas, vagueiam em ambas as margens do Paraguai, de Coimbra e abaixo, estabelecendo-se temporariamente em um ou outro lugar onde plantam suas tendas formadas de estacas e cobertas de esteiras e peles, verdadeiro arraial militar que em poucos momentos assenta-se e levanta-se. Sustentam-se principalmente de caça e da pesca nada cultivam, criam bastante gado, cavalos e algum lanígero, pouca ou nada e a sua indústria posto que não lhes faltam habilidade e destreza. Vivem em guerra quase contínua com os seus vizinhos, e se não fazem o mesmo conosco é pela consciência que tem de sua impotência. A presunção e aleivosia são feições características de sua índole. Procuram freqüentemente as nossas povoações onde permutam cavalos e algumas cordas e outras obras de embira, por aguardente, machadinhas, facas, pano de algodão, fitas, chitas, baetas e prato para canudos com que fazem seus enfeites.¹⁴⁴

Uma clara referência ao forte de Coimbra encontramos na citação acima, nos permitindo inferir que os militares estavam envolvidos nas trocas citadas. As áreas das fortificações eram marcadas por dificuldades de acesso, daí o recebimento de víveres e outros materiais serem extremamente precárias.

Os locais onde se encontravam eram muito mais povoados por grupos indígenas do que por não-índios. Assim, como se pode notar, os militares efetuavam compras de víveres, cavalos e canoas dos índios. Esse comércio não respeitava as demarcações fronteiriças do Brasil.

O que ocorria, provavelmente, era que muitas e diferentes etnias praticavam a agricultura (arroz, milho, mandioca etc.), a pecuária (cavalos e gado), o artesanato (tecidos de algodão) e outras atividades, que serviam não somente à sua subsistência, como também ao comércio com os habitantes da fronteira, seja do lado brasileiro ou paraguaio.

144 Livro da Diretoria Geral dos Índios: 1848 – 1860, n.º – 101 – Arquivo Público de Mato Grosso, sem número de página.

Porém, não se tem notícia até o momento, de que os militares e os índios tenham sofrido qualquer tipo de repressão. Daí inferimos que essas relações comerciais eram aceitas pelos militares das fortificações e destacamentos e faziam-lhes vistas grossas. Os índios não só vendiam como também pilhavam no Paraguai para comercializarem aqui no Brasil e vice-versa.

Considerações finais

Consideramos que a presença dos indígenas nos meios militares, dos fortes e destacamentos, na área de fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia, sendo aprofundado pode trazer mais informações inéditas e contribuir sobremaneira para se compreender melhor a história dos indígenas no Brasil.

Esses grupos humanos tiveram papel marcante em numerosos acontecimentos, situações, no decorrer do século XIX, na Província de Mato Grosso, não somente por seus ataques, as suas *correrias*, tampouco pelas bandeiras que os obrigaram a viver aldeados, mas por sua presença em muitas atividades, junto a autoridades locais e também no conflito com o Paraguai.

Referências

Documentos do Arquivo Público de Mato Grosso

Livro da Diretoria Geral dos Índios: 1848-1860, n. 6 – 101 – Arquivo Público de Mato Grosso.

Ofício de 16 de novembro de 1840, Quartel de Albuquerque, de José Couto de Pinho, Capitão Coronel Militar, para José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso

Ofício de 16 de Dezembro de 1840, de Antônio de Serra Benavides para José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Albuquerque 6º Distrito da cidade de Cuiabá.

Ofício de Agosto de 1842, de Cuiabá, MT, de Augusto Leverger, então Cônsul do Brasil no Paraguai, para o Comendador José da Silva Guimarães Presidente da Província.

Ofício de 18 de Agosto de 1842, de Cuiabá, de Augusto Leverger para Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Ofício de 28 de Novembro de 1842, de Augusto Leverger, endereçado a Vossa Majestade, D. Pedro II, Palácio do Rio de Janeiro.

Ofício de Miranda 13 de Setembro de 1843, de Joaquim Pires da Veiga, Juiz de Paz do 8º Distrito, para Manuel Alves Ribeiro, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso

Ofício do Quartel em Miranda 31 de Outubro de 1843, de Sirino José de S. Lima, Tenente Coronel Comandante de Miranda a José da Silva Guimarães, Presidente da Província de Mato Grosso.

Ofício de 31 de Julho de 1844, Capitão Secretário Interino João de Lima [Ilegível] ao Comandante Geral das Fronteiras de Mato Grosso Francisco de Salles Maciel.

Ofício de 23 de abril de 1850, de Joaquim Alves Ferreira, Diretor Geral dos Índios endereçado ao Coronel João José da Costa Pimentel, Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, em Cuiabá, MT.

Ofício de 21 de setembro de 1850 de João José da Costa Pimentel à Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Obras sobre a Guerra com o Paraguai

ALAMBERT Jr., F.C. *Civilização e barbárie, história e cultura: representações culturais e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do 2º Reinado e da 1ª República*. Tese: FFLCH – USP, 1998.

BARROSO, G. *A guerra do Lopez*, contos e episódios da campanha do Paraguai. 4ª edição, São Paulo: Costa, 1939.

CERQUEIRA, D. (general) *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865, 1870*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. editores, 1929.

DORATIOTO, F.F.M. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, A.V. *A guerra do Paraguai: suas causas – 1823-1864*. Campo Grande, MS: UCDB editora, 2001.

GRANZIERA, R.G. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MADUREIRA, A.S. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da “guerra do Paraguay”, e aos anotadores argentinos*. Brasília: UNB, fundação Roberto Marinho, 1982.

MENEZES, A.M. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Editora da UFMT: Editora Contexto, 1998.

POMER, L. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio platense*. São Paulo: Global, 1981.

- _____. *Paraguai; nossa guerra contra este soldado*. 2ª edição, São Paulo: Global, 1984.
- QUELL, M.S. *Política internacional del Paraguay (1811-1870)*. Asunción: Imprenta Nacional, 1935.
- REBOUÇAS, A.P. *Diário: a guerra do Paraguai*. São Paulo: IEB, 1973.
- SOUSA, O.P. *História da Guerra do Paraguai*. s/data, s/ano e editora.
- SQUINELO, A.P. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida*. ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande, MS: UCDB editora, 2002
- TORAL, A.M. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001
- VERSEN, M.V. *História da guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: EDUSP: Livraria Itatiaia editora, 1976.

Obras consultadas

- ALMEIDA, R. H. O *Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- CARVALHO, S.M.S. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In CUNHA, M. C. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998. p. 457-474
- CUNHA, M.C. (Org.) *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- _____. Introdução a uma história indígena. In CUNHA, M. C. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998. p. 9-26.
- FERNANDES, B.M. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. p. 03. <http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>
- FIGUEIRA, D. G. *Soldados e negociantes na guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP: FAPESP, 2001
- GLÉNISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. 3 ed. Trad. Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MEIRELLES, D. M. *Guardiões da fronteira*. Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes. 1989.
- MONTEIRO, J.M. O desafio da história indígena no Brasil. In SILVA, A. L. GRUPIONONI, L.D.B. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

PEREIRA Fº, J.C. *Tropas Militares Luso-Brasileiras nos séculos XVIII e XIX*. Genealogia.org - http://gens.fateback.com/gn_tropas.html

Povos Indígenas no Brasil - <http://www.socioambiental.org/> -

SILVA, V. C. *Missão, Aldeamento e Cidade*. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Várzea Grande - MT. 01/04/2001. 1v. 162p. Mestrado UFMT.

TAUNAY, A. E. *Campanha de Mato Grosso – Cenas de Viagem*. São Paulo: livraria do Globo, 1923.

_____ *Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VASCONCELOS, C. A. *A questão indígena na província de mato Grosso; conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS: Editora UFMT, 1999.